



Observatório da Deficiência
e Direitos Humanos
Disability and Human Rights Observatory

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PORTUGAL

INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS
2020

DOSSIER ESPECIAL

DEFICIÊNCIA E COVID-19 EM PORTUGAL

RESULTADOS DE UM ESTUDO
REALIZADO COM PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA E CUIDADORES

ISCSP

INSTITUTO SUPERIOR DE
CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



OBSERVATÓRIO DA DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

DEFICIÊNCIA E COVID-19 EM PORTUGAL

RESULTADOS DE UM ESTUDO REALIZADO COM PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA E CUIDADORAS/ES

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

DEZEMBRO DE 2020



O Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) visa acompanhar a implementação de políticas para a deficiência em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa, assim como promover processos participativos de monitorização e de desenvolvimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência.

TÍTULO

DEFICIÊNCIA E COVID-19 EM PORTUGAL: RESULTADOS DE UM ESTUDO REALIZADO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E CUIDADORAS/ES

AUTORAS

Paula Campos Pinto
Patrícia Neca

COM A COLABORAÇÃO DE

María Alejandra Jiménez
Sofia Bento

OBSERVATÓRIO DA DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

Rua Almerindo Lessa, Campus Universitário do Alto da Ajuda – 1300-663 Lisboa
Gabinete B01.94 – Tel.: 213 619 430 – email: oddh@iscsp.ulisboa.pt
<http://oddh.iscsp.ulisboa.pt>

EDITOR

ISCSP – INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
Rua Almerindo Lessa, Campus Universitário do Alto da Ajuda – 1300-663 Lisboa
www.iscsp.ulisboa.pt



ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	4
INTRODUÇÃO	11
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
RESULTADOS	9
1. Impactos da pandemia no acesso a apoios e serviços	9
Assistência pessoal	9
Outros apoios e serviços destinados a pessoas com deficiência	11
2. Impactos da pandemia no acesso à educação e ensino	13
Ensino obrigatório.	13
Ensino superior	15
3. Impactos da pandemia na saúde e bem-estar psicológico	17
Pessoas com deficiência	17
Cuidadoras e cuidadores de pessoas com deficiência	18
4. Acessibilidade à informação e comunicação sobre a pandemia	21
5. Percepção de risco, confiança nos serviços de saúde e acesso a equipamentos de proteção	23
Percepção de risco de contrair a Covid-19.	23
Confiança nos serviços de saúde	24
Acesso a equipamentos de proteção individual	24
6. Situações de discriminação relacionadas com a pandemia	25
FICHA TÉCNICA	29

ÍNDICE DE FIGURAS

Pág.	
10	Figura 1 Estado atual dos apoios que necessita diariamente (%)
11	Figura 2 Impacto das medidas de confinamento nas rotinas diárias (%)
12	Figura 3 Estado atual dos apoios ou serviços que necessita habitualmente (%)
13	Figura 4 Avaliação do acompanhamento feito pelas escolas aos alunos/as com deficiência – ensino obrigatório (%)
15	Figura 5 Avaliação do acompanhamento feito pelas instituições de ensino superior aos estudantes com deficiência (%)
16	Figura 6 Apoios disponibilizados pelas escolas após retoma das atividades letivas (%)
17	Figura 7 Autoavaliação do estado de saúde (%)
19	Figura 8 Enquanto cuidador/a como se sentiu no confinamento e após a reabertura de apoios e serviços destinados a pessoas com deficiência (%)
19	Figura 9 Interferência dos cuidados prestados à pessoa com deficiência no exercício da sua atividade profissional (%)
21	Figura 10 Avaliação da acessibilidade de informação sobre Covid-19 disponibilizada pela Direção-Geral de Saúde (%)
22	Figura 11 Fontes de informação usadas para acompanhar a evolução da pandemia (%)
23	Figura 12 Perceção sobre o risco de contrair Covid-19 (%)
24	Figura 13 Confiança na capacidade de resposta dos serviços de saúde (%)
26	Figura 14 Devido à pandemia, sente que as pessoas com deficiência estão mais expostas a eventuais situações de discriminação? (%)
30	Figura 15 Caracterização da amostra por tipo de dificuldade (%)



INTRODUÇÃO

Face à crise pandémica provocada pelo novo coronavírus (Covid-19), o Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) procurou perceber, como, em Portugal, esta situação estaria a ser experienciada pelas pessoas com deficiência e respetivas famílias. Para o efeito foram realizados **dois estudos exploratórios por questionário (online), tendo sido obtidas 1051 respostas** (ver ficha técnica):

- **Estudo 1 – “Deficiência e Covid-19 – Fase de confinamento” (n = 725)**: o primeiro momento de recolha de dados ocorreu entre 27 de abril e 10 de maio de 2020 e teve por objetivo obter informações sobre os impactos da pandemia nas vidas das pessoas com deficiência e respetivas famílias durante a fase de confinamento, na qual as instituições na área da deficiência, escolas, e outros apoios, se encontravam encerrados⁽¹⁾.
- **Estudo 2 – “Deficiência e Covid-19 – Fase de desconfinamento” (n = 326)**: o segundo momento de recolha de dados ocorreu entre 9 e 27 de outubro de 2020 (cinco meses depois do primeiro inquérito) tendo por objetivo perceber como as pessoas com deficiência e respetivas famílias estavam a experienciar a nova fase de retoma da atividade social e económica, após a reabertura de instituições, serviços e estabelecimentos de ensino.

1. Em Portugal as escolas e equipamentos sociais de apoio à deficiência encerraram a 16 de março de 2020 (Decreto-Lei n.º 10-A/2020). A 18 de março de 2020 foi decretado o estado de emergência (Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020) que estabeleceu o dever geral de recolhimento domiciliário. A 30 de abril de 2020 foi aprovada em Conselho de Ministros a estratégia para o levantamento das medidas de confinamento que estipulou a reabertura, entre outros, dos equipamentos sociais na área da deficiência a 18 de maio de 2020.

Nos inquéritos realizados foram recolhidas informações sobre os impactos da pandemia: **(1)** no **acesso a apoios e serviços** (Estudo 1 e 2); **(2)** no **acesso à educação e ensino** (Estudo 1 e 2); **(3)** na **saúde e bem-estar psicológico** das pessoas com deficiência e cuidadores/as (Estudo 2). Adicionalmente, foi também recolhida informação sobre: **(4)** **acessibilidade** à informação e comunicação sobre a pandemia (Estudo 1 e 2); **(5)** percepção de risco, confiança nos serviços de saúde e acesso a equipamentos de proteção (Estudo 1 e 2) e **(6)** situações de **discriminação** relacionadas com a pandemia (Estudo 1 e 2).

Em seguida são apresentados os principais resultados destes dois inquéritos, estabelecendo-se, sempre que possível, comparações entre os dois momentos. Este estudo permitiu dar voz às pessoas com deficiência e identificar alguns dos principais desafios (embora estes não se esgotem nesta recolha de dados) enfrentados por este grupo face à atual crise pandémica. Ao longo do texto foram também inseridas algumas caixas com boas práticas recolhidas junto de associações e prestadores de serviços, na resposta aos desafios impostos pela pandemia.



SUMÁRIO EXECUTIVO

Acesso a apoios e serviços

- 33,2% dos/as inquiridos/as do Estudo 1 (fase de confinamento) que necessitavam de apoios de assistência pessoal responderam que estes tinham sofrido redução de horário ou sido suspensos. Consequentemente, houve situações em que os familiares das pessoas com deficiência assumiram em exclusivo os cuidados aos seus filhos e filhas com deficiência — crianças, jovens ou adultos —, sem qualquer tipo de auxílio externo, levando a situações de exaustão. Na fase de desconfinamento esta situação registou melhorias consideráveis.
- 40,1% dos/as inquiridos/as do Estudo 1 (fase de confinamento) responderam que lhes foram retirados apoios ou serviços, com destaque para a redução ou suspensão das terapias e o encerramento de Centros de Atividades Ocupacionais. Os resultados do Estudo 2 (fase de desconfinamento) mostram que a maioria dos apoios ou serviços foram retomados integralmente ou parcialmente.
- 72,2% dos/as inquiridos/as do Estudo 2 responderam que estavam satisfeitos ou muito satisfeitos com os apoios e serviços que tinham sido retomados.

Educação e ensino

- Ensino obrigatório – no Estudo 1, 77,9% dos inquiridos classificaram as modalidades de ensino disponibilizadas aos alunos com deficiência como nada ou pouco adequadas. No Estudo 2 esta situação melhorou apenas ligeiramente: 64,7% consideraram que o acompanhamento dado aos alunos e alunas com deficiência estava a ser nada ou pouco adequado.
- Ensino superior – no Estudo 1, 69,3% avaliaram como nada ou pouco adequado o acompanhamento que estava a ser feito aos estudantes com deficiência. No Estudo 2 esta avaliação passou a ser globalmente positiva: 66,7% dos/as inquiridos/as avaliaram como adequado ou bastante adequado o acompanhamento feito pelas instituições de ensino superior a estudantes com deficiência.

Saúde e bem-estar psicológico - pessoas com deficiência

- 37,2% dos e das inquiridas com deficiência responderam que consideravam que o seu estado de saúde se tinha agravado desde o início da pandemia.
- 51% dos e das inquiridas com deficiência referiram que, desde o início da pandemia, se têm sentido mais tristes ou deprimidos/as do que habitualmente; 58,4% responderam sentir-se mais ansiosos/as do que habitualmente, e 39,3% reportaram maiores dificuldades em dormir.

Impactos nos/as cuidadores/as de pessoas com deficiência

- 73,4% das e dos cuidadores responderam que se sentiam muito ou bastante cansadas/os na fase de confinamento vs. 47,7% após a reabertura dos apoios e serviços;
- 75,4% responderam sentir-se ansiosas/os na fase de confinamento, tendo este valor sido ligeiramente menor depois da reabertura dos serviços;
- Relativamente a sentimentos relacionados com tristeza, houve também um decréscimo de 14,2 p.p. entre a fase de confinamento e desconfinamento.
- 68,2% responderam que os cuidados prestados à pessoa com deficiência interferiram no exercício da sua atividade profissional.

Acessibilidade de informação e comunicação sobre a pandemia

- A acessibilidade de informação disponibilizada sobre Covid-19 foi avaliada de forma positiva nos dois estudos (79,8% no Estudo 1 e 69,1% no Estudo2), porém foram também referidos aspetos a melhorar, tais como, a disponibilização de informação específica direcionada às pessoas com deficiência; maior clareza e simplicidade da informação veiculada e utilização de legendagem.

Situações de discriminação relacionadas com a pandemia

- 11,5% dos/as inquiridos/as do Estudo 1 e 12,3% dos/as inquiridos/as do Estudo 2 responderam ter experienciado situações de discriminação relacionadas com a pandemia.



RESULTADOS

1. Impactos da pandemia no acesso a apoios e serviços

Assistência pessoal

Muitas pessoas com deficiência necessitam de apoio de outras pessoas para a realização das suas atividades diárias. No Estudo 1, 62% (n = 449) dos/as inquiridos/as responderam que necessitavam de assistência pessoal, enquanto que no Estudo apenas 34,4% (n = 112) se encontravam na mesma situação. Durante o **período de confinamento** este apoio sofreu alterações significativas: **33,2% (n = 148) dos/as inquiridos/as que necessitavam de assistência pessoal responderam que este apoio tinha sofrido** uma redução de horário ou sido suspenso. Estas alterações geraram situações em que **os familiares tiveram de assumir em exclusivo os cuidados aos seus filhos e filhas com deficiência — crianças, jovens ou adultos —**, sem qualquer tipo de auxílio externo, levando a situações de exaustão, conforme ilustram alguns dos testemunhos recolhidos:

“Nesta fase em que as escolas estão fechadas, para ser possível dar apoio aos nossos filhos, precisamos de apoio domiciliário. É impossível fazer tudo sozinhas sem haver consequências.” (E1_ID231_ cuidador/a de criança com deficiência, de 8 anos, Porto)

“A pessoa que me dá apoio é a minha mãe com 91 anos. Um assistente pessoal daria jeito, assim como retomar a fisioterapia”. (E1_ID234_ Homem de 59 anos, Porto)

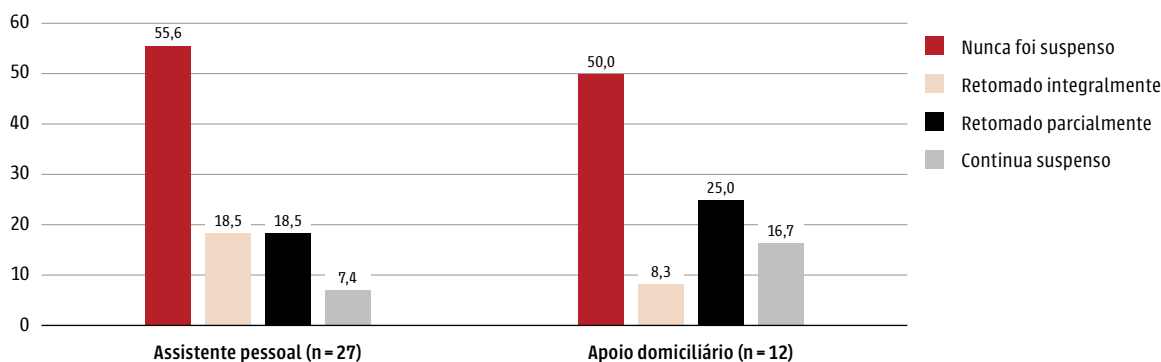
EXEMPLO DE BOA PRÁTICA

No Centro de Atividades Ocupacionais há a destacar a entrega dos Kits pedagógicos no domicílio, com atividades diárias, pressupondo o envolvimento da família na sua dinamização e algumas destas atividades foram desenvolvidas online com o suporte da Equipa Técnica.

Fundação Irene Rolo

Contudo, os resultados do Estudo 2 sugerem que esta situação registou melhorias consideráveis na **fase de desconfinamento**. Como mostra a Figura 1, entre aqueles que responderam necessitar de apoios de assistência pessoal (n = 27), foram poucos/as os/as que responderam que esses apoios continuavam suspensos.

Figura 1 Estado atual dos apoios que necessita diariamente (%)



Fonte: Estudo 2 (Base referida no gráfico; %).

Ainda assim, foram recolhidos testemunhos que ilustram as dificuldades na retoma de alguns apoios, ou de situações em que desde sempre foram os familiares os principais e únicos cuidadores:

“Fui sempre (sozinha) a cuidadora do meu filho, desde 16 de março até 17 de junho. Quando regressou à escola, só no dia 13 de outubro consegui apoio domiciliário”. (E2_ID33_Cuidador/a de homem de 22 anos com deficiência, Lisboa)

“Os apoios de que necessito são garantidos até agora por familiares”. (E2_ID88_Homem de 76 anos com deficiência, Lisboa)

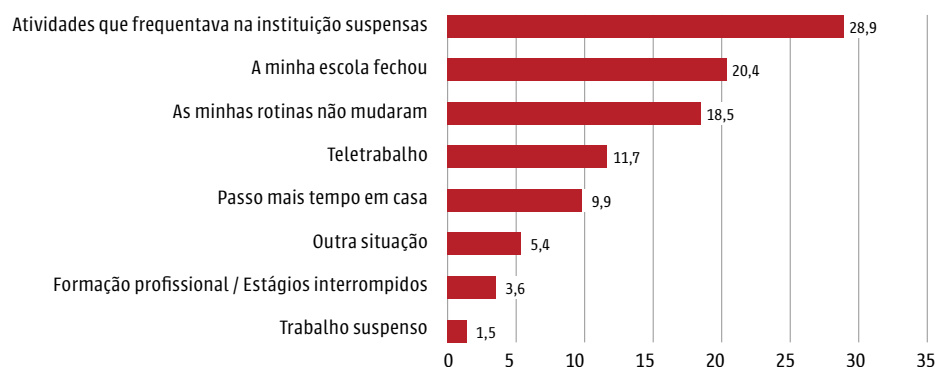
No que respeita ao **acesso dos/as cuidadores/as a materiais ou equipamentos de proteção individual** (ex. máscaras), no Estudo 1, **58,9% (n = 257) das/os inquiridas/os responderam que as/os seus assistentes pessoais tiveram acesso a materiais de proteção, enquanto que no Estudo 2 houve um incremento no acesso a estes materiais: 83,6% (n = 51) das/os inquiridos consideravam que o acesso a estes materiais era adequado ou muito adequado**, evidenciando-se melhorias entre os dois momentos de recolha de dados, em parte também explicadas pelo alargamento da oferta destes produtos e respetiva redução de preço. No Estudo 1 o elevado custo destes materiais foi indicado como uma preocupação para as pessoas com deficiência.

Outros apoios e serviços destinados a pessoas com deficiência

Na sequência do encerramento de estabelecimentos de ensino e equipamentos de apoio social na área da deficiência, a 16 de março de 2020, registaram-se mudanças significativas nas rotinas diárias das pessoas com deficiência. Em termos globais, **40,1% (n = 286) dos/as inquiridos/as do Estudo I responderam que lhes foram retirados apoios ou serviços**, com destaque para a **redução ou suspensão das terapias** (75,7%; n = 218) e o **encerramento de Centros de Atividades Ocupacionais** ou outros serviços prestados pelas instituições (10,1%; n = 29). Houve ainda 32,8% (n = 234) de inquiridas/os que responderam que não lhes foram retirados apoios e 27,2% (n = 194) que responderam não necessitar de apoios.

Como mostra a Figura 2, no Estudo I, quase 1/3 ou 28,8% (n = 207) dos/as inquiridos/as responderam que a principal mudança foi terem deixado de frequentar as atividades nas instituições de apoio a pessoas com deficiência, como por exemplo, os Centros de Atividades Ocupacionais, ao passo que 20,4% (n = 146) tiveram de permanecer em casa devido ao encerramento das escolas.

Figura 2 Impacto das medidas de confinamento nas rotinas diárias (%)



Fonte: Estudo 1 (Base: 717 respostas; %).

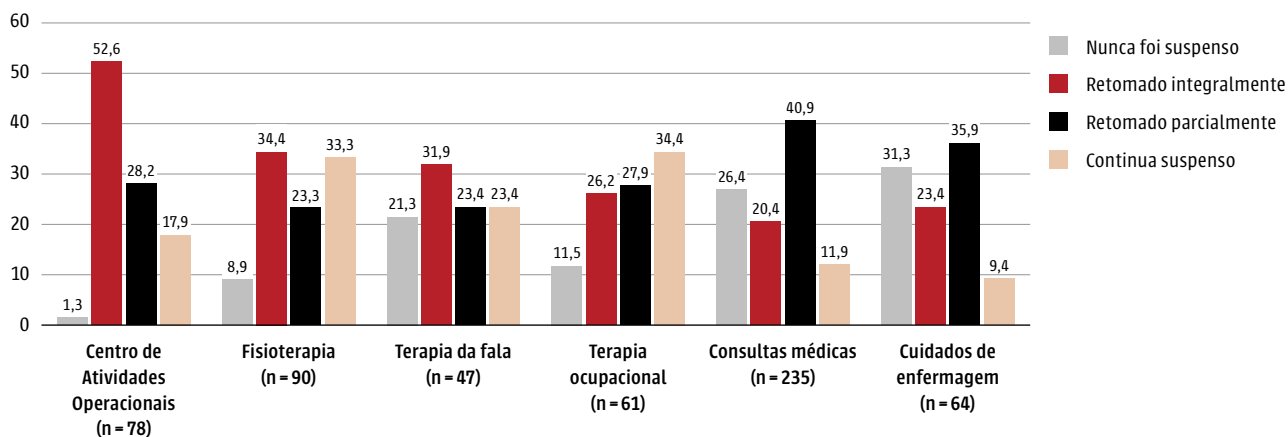
EXEMPLO DE BOA PRÁTICA

No que diz respeito à pandemia, adaptamo-nos nos mais variados projetos no sentido de darmos continuidade à nossa intervenção no âmbito das pessoas em situação de desvantagem, com deficiência e/ou incapacidade, continuando a nossa atividade em muitos casos através das plataformas Zoom e Teams. Uma boa prática, foi o desenvolvimento de notícias recorrentes para o exterior através das redes sociais, seja por via Facebook, site institucional ou *newsletter*.

Rumo, Cooperativa de Solidariedade Social, Crl

No Estudo 2 procurou-se perceber em que medida alguns destes apoios e serviços já teriam (ou não) sido retomados. Conforme mostra a Figura 3, entre aqueles que responderam necessitar destes apoios, verificou-se que para a maioria os apoios foram retomados, ainda que em muitos casos, apenas de forma parcial.

Figura 3 Estado atual dos apoios ou serviços que necessita habitualmente (%)



Fonte: Estudo 2 (Base referida no gráfico; %).

No Estudo 2 foi ainda solicitado aos participantes que indicassem qual o seu nível de satisfação com os apoios e serviços que tinham sido retomados, sendo que **72,2% (n = 211) responderam que estavam satisfeitos (45,5%; n = 133) ou muito satisfeitos (26,7%; n = 78)**, e apenas 27,8% (n = 81) expressaram insatisfação: 5,5% (n = 16) nada satisfeitos/as e 22,3% (n = 65) pouco satisfeitos/as.

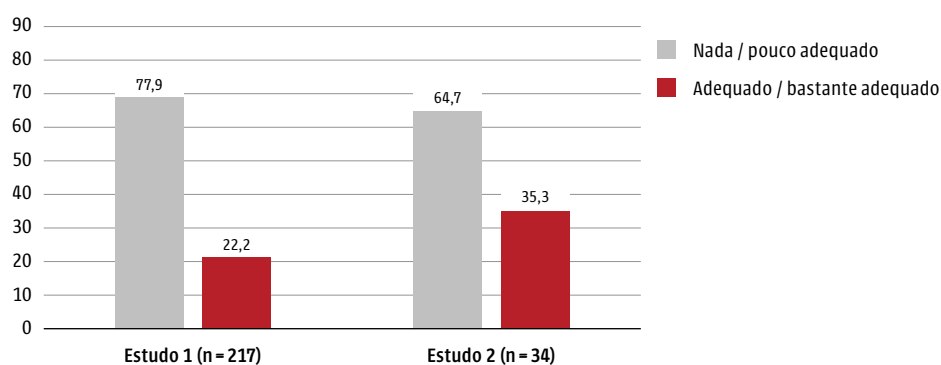
2. Impactos da pandemia no acesso à educação e ensino

Em ambos os estudos, solicitou-se às/aos inquiridas/os que indicassem como avaliavam as alternativas de ensino e acompanhamento disponibilizadas aos alunos e alunas com deficiência. No Estudo 1, 20,7% dos/as inquiridos/as eram estudantes, e no Estudo 2 eram 19,6%. No primeiro momento de recolha de dados todas/os as/os estudantes se encontravam em modalidades de ensino à distância, ao passo que no Estudo 2, a maioria respondeu estar em modalidade presencial (57,8%), online (6,3%), ou misto (31,3%).

Ensino obrigatório

Em termos globais, no que respeita ao **ensino obrigatório**, as soluções disponibilizadas aos estudantes com deficiência — **durante o período de confinamento e desconfinamento** — foram avaliadas de forma negativa, pese embora se tenham registado ligeiras melhorias entre os dois momentos. Como mostra a Figura 4, **no Estudo 1, 77,9% dos/as inquiridos/as classificaram as modalidades de ensino disponibilizadas aos alunos e alunas com deficiência a frequentar o ensino obrigatório como nada adequadas (48,4%; n = 105) ou pouco adequadas (29,5%; n = 64)**. Apenas 17,1% (n = 37) classificou este apoio como estando a ser adequado e 5,1% (n = 11) como muito adequado.

Figura 4 Avaliação do acompanhamento feito pelas escolas aos alunos/as com deficiência – ensino obrigatório (%)



Por sua vez, no Estudo 2, perante a mesma questão sobre “como avalia o acompanhamento que está a ser feito pelas escolas aos alunos/as com deficiência” as respostas relativas às/aos alunas/os que frequentavam o ensino obrigatório (n = 34) foram as seguintes: **64,7% (n = 22) consideraram que estas estavam a ser nada adequadas (n = 9; 26,5%) ou pouco adequadas (n = 13; 38,2%)**, enquanto que 35,3% (n = 12) consideraram que estas estavam a ser adequadas (26,5%; n = 9) ou bastante adequadas (8,8%; n = 3).

Porém, importa destacar que no Estudo 1 e 2 os contextos são distintos. No momento de recolha de dados do Estudo 1, todas escolas se encontravam encerradas. Desta forma, a insatisfação relacionava-se fundamentalmente com as modalidades de ensino à distância disponibilizadas, como ilustram alguns testemunhos recolhidos:

“A telescola e o ensino à distância não têm em conta os alunos com Necessidades Educativas Especiais. Não tem conteúdos adaptados. O Ministério da Educação deveria dar apoios concretos e fazer regime de exceção para estes meninos, assim como faz com os filhos dos profissionais de saúde, mantendo os apoios e terapias específicos. Nem que fosse a meio tempo”. (E1_ID_55_cuidador/a de criança com deficiência, de 7 anos, Lisboa)

“Na escola nunca pensaram no caso do meu filho. Só quando já tinham tudo o resto organizado para os restantes meninos é que se preocuparam em criar algo para o meu filho, que nem sequer resultou”. (E1_ID_368_cuidador/a de criança com deficiência, de 7 anos, Porto)

Desde setembro de 2020 que a grande maioria das e dos alunos se encontra em ensino presencial, embora haja situações em que se mantém o ensino à distância ou modalidades mistas. Testemunhos recolhidos no Estudo 2 ilustram algumas dificuldades que persistem, mesmo no ensino presencial, embora, em outros casos, também fossem notadas melhorias:

“Deixou de frequentar as poucas aulas a que ia ficando confinado na unidade de autismo, porque não consegue usar máscara.” (E2_ID191_Cuidador/a de rapaz de 14 anos com deficiência, Lisboa)

“Já começou a trabalhar com o professor de ensino especial, mas os terapeutas ainda não estão colocados.” (E2_ID220_Cuidador/a de menino de 12 anos com deficiência, Setúbal)

“Alguns docentes têm demonstrado maior disponibilidade.” (E2_ID227_Homem de 23 anos com deficiência, Lisboa)

“Já faz trabalhos com o professor de educação especial e com a terapeuta da fala.” (E2_ID205_Cuidador/a de menina de 8 anos com deficiência, Faro)

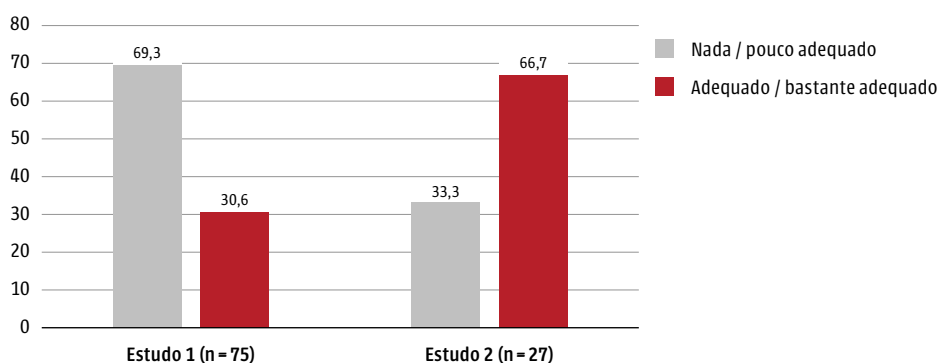
Ensino superior

Relativamente à adequação das alternativas de ensino e acompanhamento disponibilizadas pelas **instituições de ensino superior** às necessidades específicas das e dos estudantes com deficiência, no Estudo 1 verificou-se, que, do total de 75 (10,3%) respostas recebidas, **69,3% (n = 52) avaliaram de forma negativa a adequação das respostas**: 33,3% (n = 25) dos/as inquiridos/as classificaram este acompanhamento como nada adequado; 36% (n = 27) como pouco adequado; 17,3% (n = 13) como adequado; e, 13,3% (n = 10) como muito adequado. O seguinte testemunho mostra um exemplo de um estudante que teve dificuldades na adaptação às modalidades de ensino online, e a quem não foram facultadas alternativas viáveis atempadamente:

“As aulas da faculdade passaram a ser online e eu não tenho conseguido acompanhar as aulas. Já reporte a situação à faculdade, mas nunca me deram outra alternativa e eu fiquei prejudicado porque estou a pagar propinas e vejo-me obrigado a ter de adiar este ano para o próximo ano por causa desta situação”. (E1_ID32_Homem, 44 anos, Lisboa)

Em contraste, como mostra a Figura 5, no Estudo 2, esta avaliação passou a ser globalmente positiva, com 66,7% (n = 18) dos/as inquiridos/as a avaliar o acompanhamento feito pelas instituições de ensino superior a estudantes com deficiência de forma adequada (48,1%; n = 13) ou bastante adequada (18,5%; n = 5). Contudo, 33,3% (n = 9) dos/as respondentes continuaram a expressar insatisfação, considerando as respostas como nada adequadas (7,4%; n = 2) ou pouco adequadas (25,9%; n = 7).

Figura 5 Avaliação do acompanhamento feito pelas instituições de ensino superior aos estudantes com deficiência (%)



Fonte: Estudo 1 e 2 (Base referida no gráfico; %).

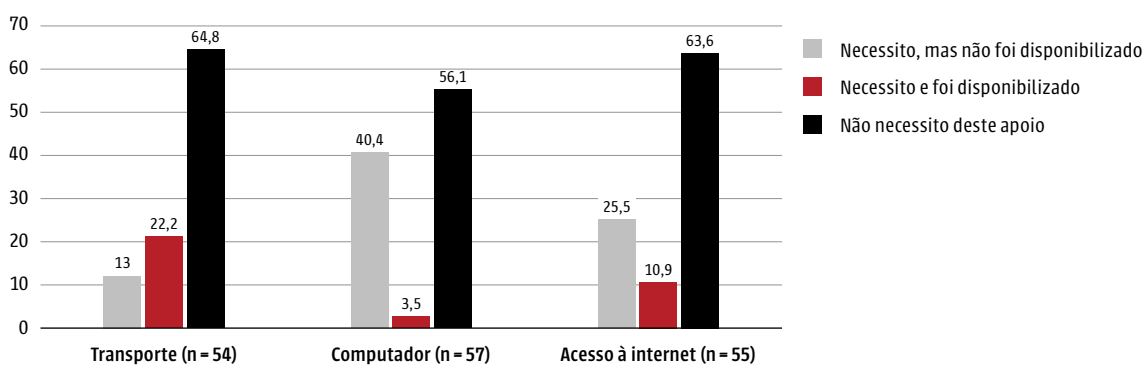
EXEMPLO DE BOA PRÁTICA

Criou-se um canal no youtube para partilha de material pedagógico (em vídeo) elaborado pelos técnicos do CRI. Este material foi também difundido por email ou através de link para os/as diferentes alunos/as que dele beneficiavam. Intensificámos o trabalho colaborativo com os docentes de educação especial usando os meios digitais disponíveis. Um dos AE criou, inclusive, endereços eletrónicos institucionais para facilitar o uso do Google Meet pelos técnicos do CRI na relação com os docentes.

Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã - A.R.C.I.L.

No Estudo 2 as/os estudantes também foram questionadas/os sobre eventuais apoios complementares de que necessitam na sequência da retoma das atividades letivas, em específico: transporte para poder frequentar a escola, computador ou acesso à Internet. Entre as respostas obtidas (ver Figura 6), 40,4% (n = 23) indicaram necessitar de computador, não tendo sido disponibilizado; 25,5% (n = 14) responderam não ter acesso à Internet, não tendo sido disponibilizado, e por fim, 13% (n = 7) referiram não ter transporte, não tendo sido disponibilizado. Importa, no entanto, assinalar que a maioria dos/as inquiridos/as respondeu não necessitar destes apoios complementares, como também mostra a Figura 6.

Figura 6 Apoios disponibilizados pelas escolas após retoma das atividades letivas (%)



Fonte: Estudo 2 (Base referida no gráfico; %).

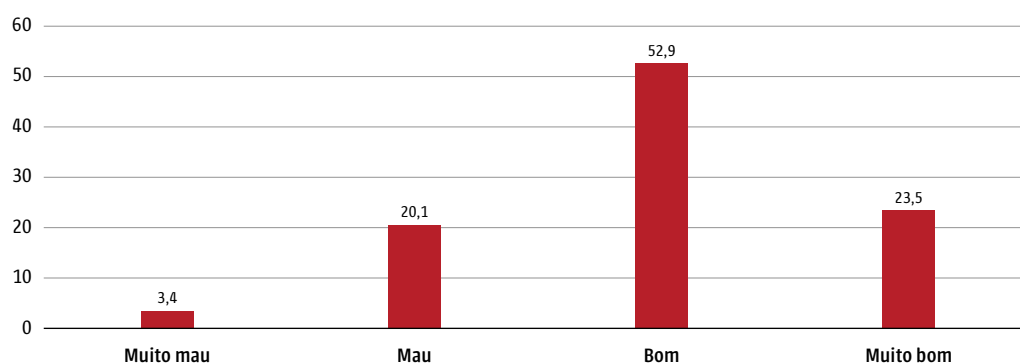
3. Impactos da pandemia na saúde e bem-estar psicológico

Em seguida são apresentados os resultados sobre os efeitos da pandemia na saúde e bem-estar psicológico das pessoas com deficiência e respetivos familiares e cuidadores/as. Esta informação foi recolhida apenas no Estudo 2.

Pessoas com deficiência

A maioria **das/os inquiridas/os com deficiência, em específico, 76,4% (n = 247) avaliaram o seu estado geral de saúde como sendo bom (52,9%; n = 171) ou muito bom (23,5%; n = 76)** (ver Figura 7).

Figura 7 Autoavaliação do estado de saúde (%)



Fonte: Estudo 2 (Base: 323 respostas; %).

No entanto, **37,2% (n = 119) dos e das inquiridas com deficiência responderam que consideravam que o seu estado de saúde se tinha agravado desde o início da pandemia**, embora 62,8% (n = 201) tenham expressado discordância face a esta afirmação.

As e os inquiridos também responderam a algumas questões relacionadas com os impactos da pandemia no seu **bem-estar psicológico**: **51% (n = 164) referiram que, desde o início da pandemia se têm sentido mais tristes ou deprimidos/as do que habitualmente, 58,4% (n = 188) responderam sentir-se mais ansiosos/as do que habitualmente, e por fim, 39,3% (n = 127) reportaram maiores dificuldades em dormir.**

A maioria dos e das participantes neste estudo (**67,7%; n = 214**) afirmaram ainda que desde o início da pandemia sentiam uma preocupação acrescida relativamente a um possível agravamento da sua situação económica, contra 32,3% (n = 102) que responderam que estavam nada ou pouco preocupados.

Cuidadoras e cuidadores de pessoas com deficiência

No Estudo 2 participaram também cuidadores/as e familiares de pessoas com deficiência (n = 88), dos/as quais 83% (n = 73) eram mulheres e 17% (n = 15) homens. Foram recolhidas algumas informações sobre a forma como experienciaram o período de confinamento e, mais recentemente, de desconfinamento. **A grande maioria destas e destes inquiridos (86,2%; n = 75) responderam que os apoios e serviços utilizados pela pessoa com deficiência de quem é familiar ou cuidador/a tinham sido retomados integralmente (41,4%; n = 36) ou parcialmente (44,8%; n = 36).** Apenas 13,8% (n = 12) responderam que os serviços e apoios ainda não tinham sido retomados.

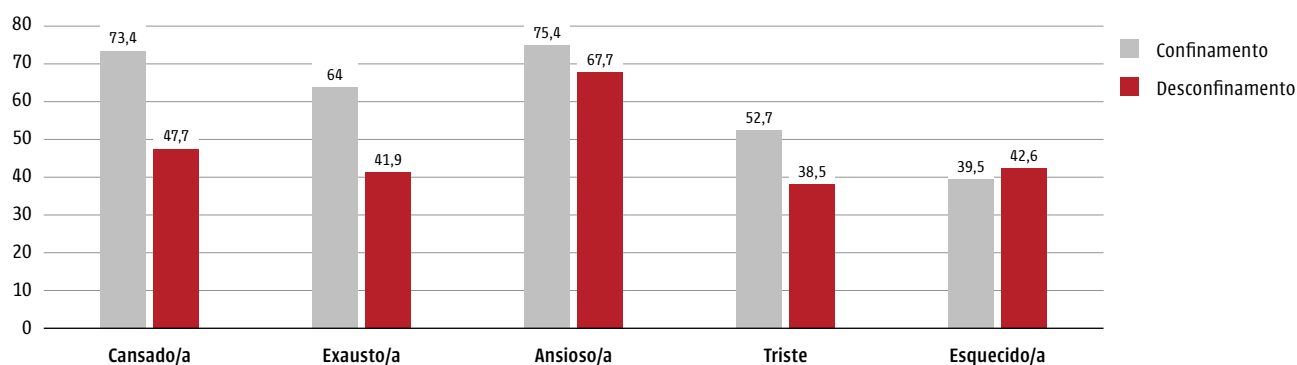
Questionadas/os sobre como se sentiram, durante o período de confinamento (ou seja, após o encerramento de apoios e serviços) e mais recentemente, no período de desconfinamento (após a reabertura de apoios e serviços), os resultados evidenciam diferenças significativas⁽²⁾ entre este dois momentos, como mostra a Figura 8: **73,4% (n = 55) responderam que se sentiam muito ou bastante cansadas/os na fase de confinamento contra 47,7% (n = 31) após a reabertura dos apoios e serviços (-25,7 pontos percentuais) e 64% (n = 48) responderam que se sentiam muito ou bastante exaustos/as, contra 41,9% (n = 26) após a reabertura de apoios (-22,1 p.p.).**

Relativamente ao **bem-estar psicológico dos cuidadores e cuidadoras das pessoas com deficiência** também houve diferenças significativas entre os dois momentos, embora não sejam tão expressivas: 75,4% (n = 58) dos e das participantes responderam sentir-se ansiosas/os na fase de confinamento, tendo este valor sido ligeiramente menor depois da reabertura dos serviços (-7,7 p.p.). Relativamente a sentimentos relacionados com tristeza, houve também um decréscimo de 14,2 p.p. entre a fase de confinamento e desconfinamento.

2. Cansado/a: t (62) = 6,387, p=.000; Exausto/a: t (61) = 5,661, p=.000; Ansioso/a: t (59) = 2,583, p=.012; Triste: t (63) = 5,150, p=.000.

Importa ainda destacar que quando questionados/as sobre se, enquanto cuidadores/as, sentiam ter sido esquecidos/as, esta foi a única situação na qual se registou um ligeiro agravamento entre o primeiro e o segundo momento, porém as diferenças não foram significativas³: 42,6% (n = 26) das/os inquiridas/os responderam sentir-se mais esquecidas/os na fase de desconfinamento, ou seja, +3,1 p.p. do que na fase de confinamento.

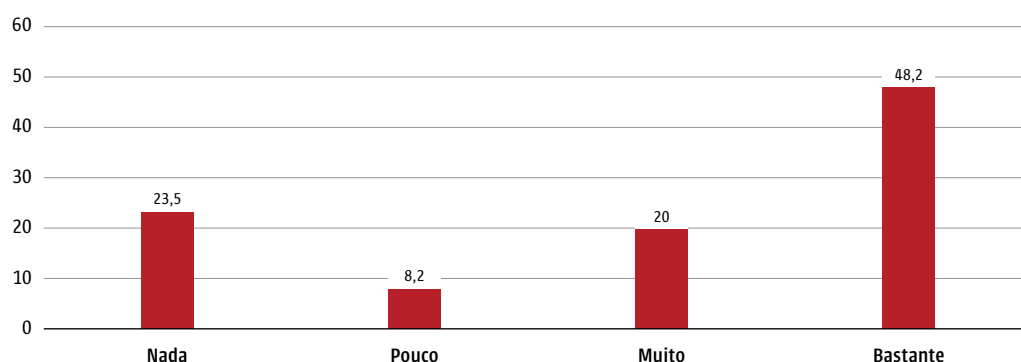
Figura 8 Enquanto cuidador/a como se sentiu no confinamento e após a reabertura de apoios e serviços destinados a pessoas com deficiência (%)



Fonte: Estudo 2; P15. "Como se sentiu após encerramento de apoios e serviços" (Base-Cansado/a: n=75; Exausto/a: n=75; Ansioso/a: n=77; Triste: n=76; Esquecido/a: n=76); P17. "Como se sente após a reabertura de apoios e serviços" (Base - Cansado/a: n=65; Exausto/a: n=62; Ansioso/a: n=62; Triste: n=65; Esquecido/a: n=61); Nota: Foi utilizada uma escala de 1 (nada) a 4 (bastante). No gráfico são apresentadas as respostas 3 (muito) e 4 (bastante) agregadas.

Relativamente à **interferência dos cuidados prestados no exercício da atividade profissional das e dos cuidadores**, apenas 31,7% (n = 27) responderam que a prestação de cuidados não se refletiu de forma negativa no exercício da sua atividade profissional (ver Figura 9) **contra 68,2% (n = 58) que expressaram dificuldades.**

Figura 9 Interferência dos cuidados prestados à pessoa com deficiência no exercício da sua atividade profissional (%)



Fonte: Estudo 2 (Base: 85 respostas).

3. Esquecido/a: $t(59) = 1,899$, $p = 0,062$.

Entre as respostas e testemunhos recolhidos verificou-se que houve situações em que alguns cuidadores e cuidadoras:

- Tiveram de suspender a sua atividade profissional ou reduzir o respetivo horário:

“Tive de suspender a empresa para poder cuidar do meu filho e como sou sócio-gerente não me deram nenhum apoio. Já lá vão 8 meses sem nenhum apoio, vergonhoso, para quem pagou durante 20 anos tudo à segurança social e agora nenhum apoio, é vergonhoso.” (E2_ID67_Cuidador/a de menino de 7 anos com deficiência, Faro)

“Estou sem trabalhar para assistir o meu filho com autismo que está muito afetado com a pandemia e sofreu um retrocesso grande e eu estou muito triste, desgastada com uma impotência muito grande. Pedi um computador à escola e nada; cessaram a bonificação por deficiência porque fiquei desempregada e o regime agora é não contributivo – tudo isto afeta muito. Integraram o meu filho numa turma de 30 alunos, o que é ilegal, e a escola ainda sugeriu tirar o meu educando, argumentando que era um curso profissional difícil e perigoso e não podiam dar o apoio necessário, quando foi sempre orientado pela psicóloga da escola nas sessões de orientação vocacional para essa escolha. Encontrei capacitismo e discriminação da parte da escola. Não aceitei e luto sempre, vivo num desgaste diário sem ver os apoios e recursos a que o meu filho tem direito.” (E2_ID188_Cuidador/a de jovem de 16 anos com deficiência, Porto)

- Experienciaram sobrecarga e exaustão pela acumulação de tarefas de cuidado e trabalho:

“Interferiram e interferem a nível de horários. A instituição encerra às 16h e tenho de sair mais cedo para receber a minha filha quando chega a casa.” (E2_ID29_Cuidador/a de mulher de 26 anos com deficiência, Lisboa)

“No meu caso o meu filho tem 80% de incapacidade, pelo que necessita de vigilância constante. Eu fui obrigada a pedir jornada contínua e a irmã mais velha pediu para fazer os turnos da noite, e assim entre as duas asseguramos a vigilância do meu filho. Uma ficava com ele de manhã e a outra ficava à tarde e à noite.” (E2_ID32_Cuidador/a de rapaz de 14 anos com deficiência, Faro)

“Eu mantive a minha atividade profissional a partir de casa, no entanto tive que trabalhar quase todas as noites para compensar o tempo em que durante o dia estava a prestar cuidados ao meu filho.” (E2_ID236_Cuidador/a de menino de 10 anos com deficiência, Lisboa)

- Porém, houve também testemunhos positivos:

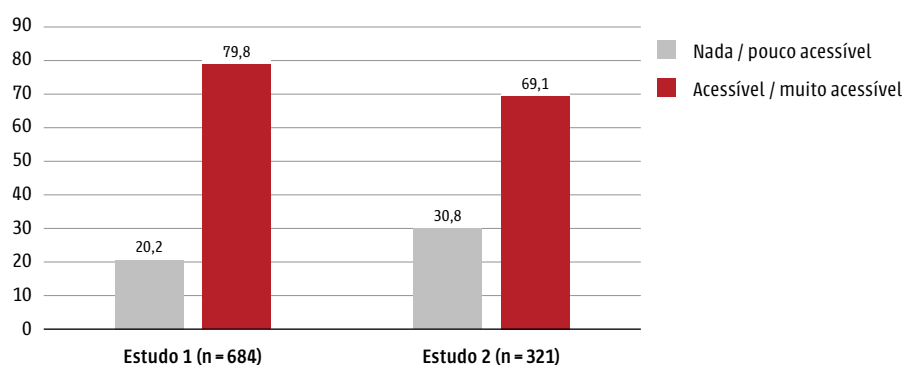
“Não interferirem em nada dado que a instituição onde se encontra o meu irmão é exemplar em termos de prestador de cuidados à pessoa com deficiência. Nada a apontar.” (E2_ID13_Cuidador/a de homem de 55 anos com deficiência, Vila Real)

4. Acessibilidade à informação e comunicação sobre a pandemia

Tendo em conta a importância de, em contextos como o atual, ser disponibilizada informação acessível sobre a pandemia às pessoas com deficiência, também foram realizadas algumas questões sobre esta temática em ambos os estudos.

Os resultados do Estudo 1 (ver Figura 10) mostram que **79,8% (n = 546) dos inquiridos responderam que a informação sobre Covid-19 disponibilizada pela Direção Geral de Saúde (DGS) era acessível (50,6%; n = 346) ou muito acessível (29,2%; n = 200).**

Figura 10 Avaliação da acessibilidade de informação sobre Covid-19 disponibilizada pela Direção-Geral de Saúde (%)



Fonte: Estudo 1 e 2 (Base referida no gráfico; %).

Porém, no Estudo 2, pese embora a avaliação global da prestação da DGS se tenha mantido globalmente positiva, houve 30,8% de respostas nas quais se avaliou a informação disponibilizada como nada acessível (5,6%; n = 18) ou pouco acessível (24,8%; n = 81).

EXEMPLO DE BOA PRÁTICA

A APD contactou diversas entidades públicas, incluindo a Direção-Geral da Saúde, relativamente à necessidade de a informação veiculada ser acessível a pessoas com deficiência auditiva (legendagem) e pessoas com deficiência intelectual. Solicitou às autarquias informação sobre as linhas de apoio para pessoas com deficiência durante a pandemia. As respostas foram sendo atualizadas na página da APD.

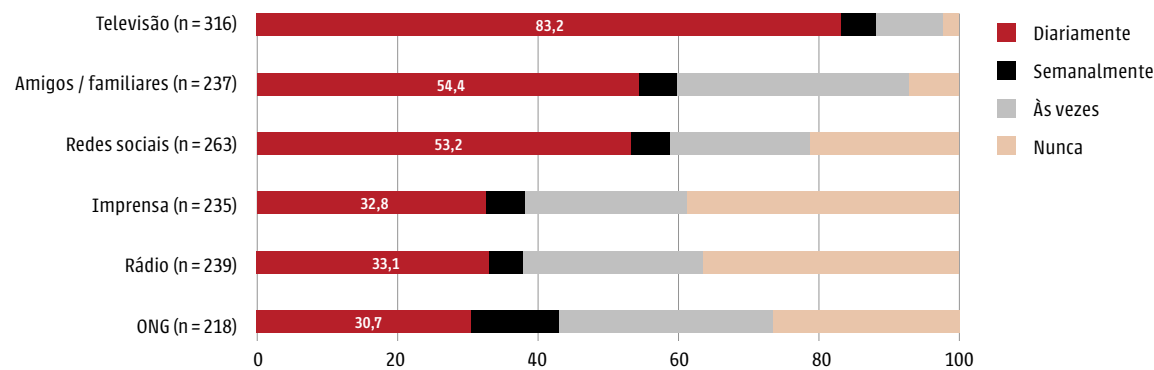
Associação Portuguesa de Deficientes

No Estudo 1 foram recolhidas sugestões para melhorar a acessibilidade da informação sobre a pandemia. No Estudo 2 foi avaliada a perceção sobre eventuais melhorias nos aspetos indicados no Estudo 1. Os resultados foram os seguintes:

- **Disponibilizar informação específica direcionada às pessoas com deficiência, porque muitas pertencem a grupos de risco:** 72,8% dos/as inquiridos/as no Estudo 2 referiram que não melhorou (38,1%; n = 112) ou melhorou pouco (34,7%; n = 102).
- **Maior clareza e simplicidade da informação veiculada:** 69,2% (n = 196) dos/as inquiridos/as no Estudo 2 referiram que não melhorou (27,2%; n = 77) ou melhorou pouco (42%; n = 119).
- **Utilizar legendagem na informação veiculada:** 71,5% (n = 188) dos/as inquiridos/as no Estudo 2 que responderam a esta questão indicaram que este aspeto não melhorou (29,7%; n = 78) ou melhorou pouco (41,8%; n = 110).

Relativamente aos meios de comunicação e informação utilizados pelos e pelas inquiridos/as para se manterem informados/as sobre a pandemia, no Estudo 1, 89,5% (n = 649) dos inquiridos responderam que utilizavam a televisão, 49,9% (n = 362) as redes sociais, 21,4% (n = 155) a imprensa e 11,3% (n = 82) a rádio. No Estudo 2, o padrão de resposta foi semelhante, com 83,2% (n = 263) a responder que utilizava diariamente a televisão (ver Figura 11).

Figura 11 Fontes de informação usadas para acompanhar a evolução da pandemia (%)



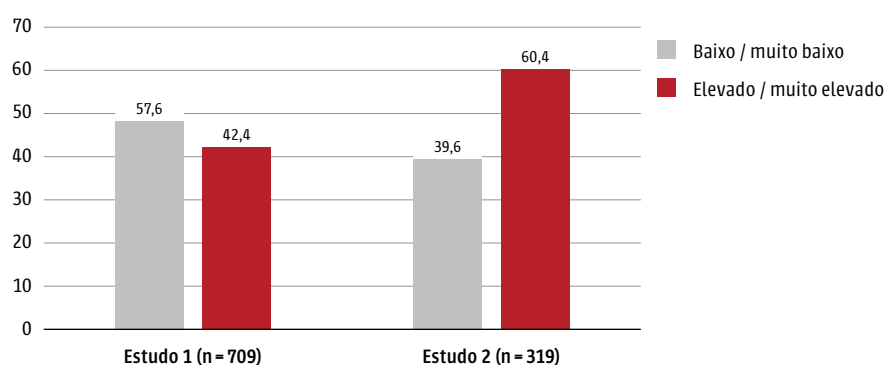
Fonte: Estudo 2 (Base referida no gráfico, %); Nota: ONG (Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e instituições de apoio).

5. Percepção de risco, confiança nos serviços de saúde e acesso a equipamentos de proteção

Percepção de risco de contrair a Covid-19

No Estudo I, 42,5% (n = 301) das/os inquiridas/os consideraram elevado (26,8%; n = 190) ou muito elevado (15,7%; n = 111) o risco de contrair Covid-19 (ver Figura 12).

Figura 12 Percepção sobre o risco de contrair Covid-19 (%)



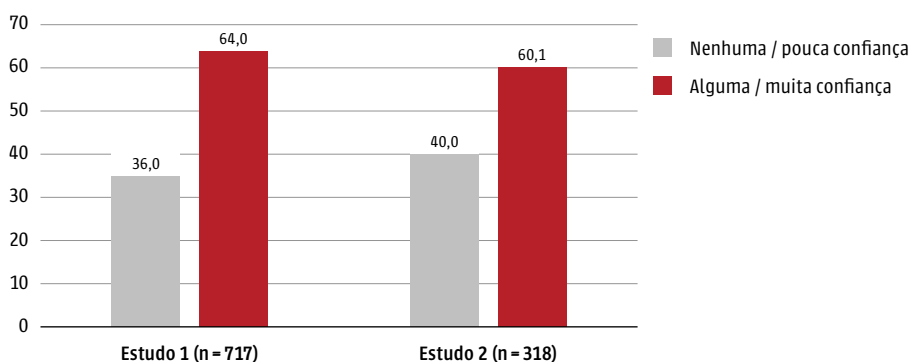
Fonte: Estudo 1 e 2 (Base referida no gráfico; %).

Porém, no Estudo 2 a percepção de risco aumentou face ao estudo I, com 60,4% (n = 192) de inquiridos/as a responderem que avaliavam esse risco como elevado (37,9%; n = 121) ou muito elevado (22,3%; n = 71).

Confiança nos serviços de saúde

No Estudo 1, 64% (n = 459) dos inquiridos expressaram alguma confiança ou muita confiança na capacidade de resposta dos serviços de saúde portugueses, caso venham a ter a doença Covid-19. No Estudo 2, verificou-se uma descida de 3,9 p.p. relativamente à confiança na resposta dos serviços de saúde (ver Figura 13).

Figura 13 Confiança na capacidade de resposta dos serviços de saúde (%)



Fonte: Estudo 1 e 2 (Base referida no gráfico; %).

Acesso a equipamentos de proteção individual

No Estudo 1, 50,8% (n = 362) dos inquiridos responderam que não tiveram acesso a equipamentos de proteção individual vs. 49,2% (n = 351) dos inquiridos que responderam ter tido acesso. O elevado custo dos materiais de proteção individual, como por exemplo, máscaras e gel, foi assinalado pelos/as respondentes como uma preocupação que poderia colocar em risco a sua saúde, pois, em muitos casos, não terão recursos financeiros para os adquirir, sugerindo-se, por exemplo, a sua distribuição gratuita.

Por sua vez, no Estudo 2, questionados sobre se tinham dificuldade na aquisição ou acesso a materiais de proteção, como máscaras ou gel, 80,5% (n = 260) dos inquiridos responderam que não tinham nenhuma dificuldade (61%; n = 197) ou pouca dificuldade (19,5%; n = 63) vs. 19,5% que responderam que tinham alguma dificuldade (12,4%; n = 40) ou muita dificuldade (7,1%; n = 23). Importa ainda assim assinalar que 19,3% (n = 63) consideraram que estes materiais são muito caros e 7,4% (n = 24) indicaram serem difíceis de utilizar.

6. Situações de discriminação relacionadas com a pandemia

No Estudo I, **11,5% (n = 80) dos/as inquiridos/as responderam ter experienciado situações de discriminação durante a fase de confinamento**. As principais situações reportadas foram as seguintes:

- ▣ Desrespeito pela lei do atendimento prioritário, em especial, durante o Estado de Emergência (n = 21):

“Os supermercados no início deixaram de cumprir a lei da prioridade e mandaram-me para o fim da fila”. (E1_ID_323_Mulher, 43 anos, Lisboa)

- ▣ Inadequação do acompanhamento dado aos alunos com deficiência (n = 14):

“Uma vez que tentávamos entrar numa aula zoom e não conseguimos, alguns colegas de turma do meu filho disseram no grupo da turma do Messenger que um deficiente também não fazia falta. Se eu o estava a tentar entusiasmar às aulas às quais sempre reagiu mal e não é capaz de assistir, com essa discriminação desisti”. (E1_ID_486_mãe de jovem com deficiência de 15 anos, Porto)

- ▣ Falta de apoio e informação específica/ sentimento de abandono (n = 11):

“Não se falou de forma alguma sobre se as pessoas com deficiência eram mais ou menos passíveis de serem contaminadas, que tipos de cuidados a ter a mais, no fundo tratar como um grupo a acrescentar, tal como se falou de idosos ou de pessoas com doenças cardíacas”. (E1_ID_206_Mulher, 31 anos, Lisboa)

“A população com deficiência física e ou intelectual nunca mereceu qualquer referência nas conferências de imprensa como foco de preocupação”. (E1_ID_143_Mulher, 22 anos, Castelo Branco)

■ Acessibilidade de informação e comunicação (n = 6):

“Não consegui obter uma resposta coerente após o contacto por e-mail com a DGS Saúde 24. As triagens apenas feitas por telefone não são compatíveis com pessoas surdas”. (E1_ID_413_Homem, 56 anos, Faro)

“Barreiras a nível de comunicação, impossibilidade de fazer leitura labial devido a máscaras. Tecnologias para pessoas com perda auditiva que não sabem Língua Gestual Portuguesa e que comunicam oralmente são inexistentes!” (E1_ID_604_Mulher, 35 anos, Setúbal)

■ Falta de sensibilização sobre as necessidades das pessoas com deficiência (n = 3):

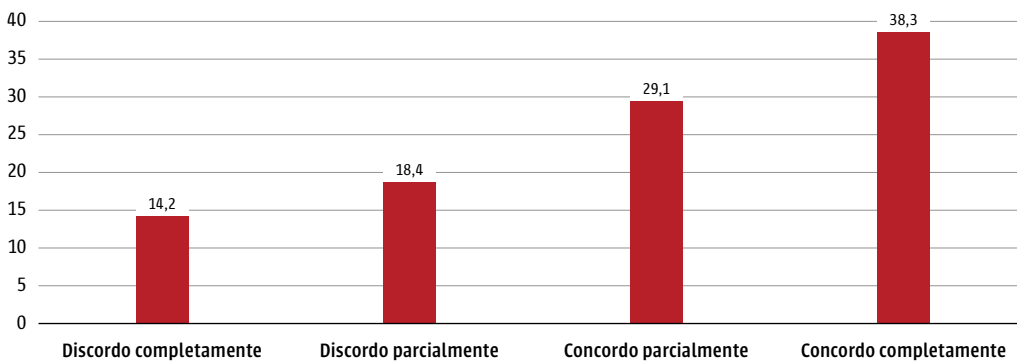
“O meu filho é autista e a GNR não respeitou o facto de ir com ele passear por exemplo. Não têm qualquer conhecimento sobre o assunto”. (E1_ID_119_mãe de criança com deficiência de 4 anos, Braga)

■ Negação de teletrabalho (n = 5):

“Tendo-me oferecido por diversas vezes para qualquer tipo de teletrabalho em qualquer serviço, não me foi dada qualquer resposta, tendo que justificar a ausência ao trabalho por declaração médica”. (E1_ID_318_Mulher, 59 anos, Lisboa)

No Estudo 2, **67,4% (n = 213) das/os inquiridas/os responderam que sentiam que as pessoas com deficiência, devido à pandemia, estavam mais expostas a situações de discriminação** vs. 32,6% (n = 103) que discordaram com esta situação (ver Figura 14).

Figura 14 Devido à pandemia, sente que as pessoas com deficiência estão mais expostas a eventuais situações de discriminação? (%)



Fonte: Estudo 2 (Base: 316 respostas; %).

Ainda no Estudo 2, 12,3% (n = 40) dos/as inquiridos/as reportaram ter efetivamente experienciado situações de discriminação. Os principais motivos de discriminação foram: falta de sensibilização sobre as necessidades das pessoas com deficiência (n = 15), situações de discriminação de alunos/as com deficiência em contexto escolar (n = 7), discriminação em contexto de trabalho (n = 4), questões relacionadas com a falta de acessibilidade da informação (n = 3), desrespeito pela lei do atendimento prioritário (n = 3), acesso a serviços de saúde e produtos de apoio (n = 3), encerramento de pessoas com deficiência em instituições (n = 1), e outras situações (n = 4). Apresentam-se aqui alguns testemunhos:

“Regresso à atividade escolar apenas parcialmente. É um curso profissional e se não fosse para pessoas com deficiência estaria a funcionar todo o dia.” (E2_ID260_Cuidador/a de rapaz de 18 anos com deficiência, Porto)

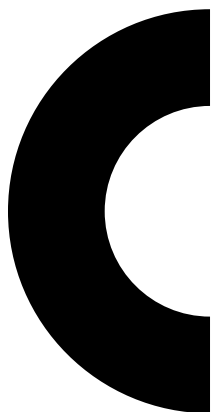
“Por causa desta situação um conjunto de exames na universidade não foram marcados (pois não se enquadram nas situações normais dos outros estudantes). (...) Os serviços académicos demonstraram franca incompetência nesta situação. Difícil não chegar à conclusão de que houve discriminação no meu caso.” (E2_ID223_Homem de 28 anos com deficiência, Lisboa)

“Quando reporto a amigos, professores, ou outros, que o meu irmão de 18 anos está em isolamento desde abril com a minha mãe, a resposta que recebo, em grande maioria, é que ele deveria ser colocado numa instituição. Ora, isto é claramente o pensamento de grande parte da sociedade: os deficientes, tal como os idosos, devem ser colocados dentro de paredes. É assustador este pensamento e é pela falta de informação pública nos meios sociais que a discriminação ainda existe, que este pensamento retrógrado ainda é aceite. Quando menos se falar deste problema e destas situações e destas pessoas, menos incluídas e vistas como iguais elas serão.” (E2_ID155_Cuidador/a de rapaz de 18 anos com deficiência, Leiria)

“A informação que os deficientes com mais de 60% não tinham obrigação de uso da máscara não é verdade porque o meu filho não consegue usar e não me deixaram entrar no supermercado, mesmo mostrando o atestado multiusos que comprova que ele tem 90% de incapacidade.” (E2_ID18_Cuidador/a de homem de 25 anos, Lisboa)

“A população já retomou a sua vida e nós [pessoas com deficiência] continuamos fechados em lares”. (E2_ID152_mulher, 30 anos, Lisboa)





FICHA TÉCNICA

Os inquéritos online “Deficiência e Covid-19 – Fase de confinamento” e “Deficiência e Covid-19 – Fase de desconfinamento” foram promovidos pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos. A recolha de dados do Estudo 1 decorreu entre os dias 27 de abril e 10 de maio de 2020 (13 dias), tendo sido obtidas **725 respostas válidas**, e do Estudo 2 decorreu entre os dias 9 e 27 de outubro de 2020 (18 dias), tendo sido obtidas **326 respostas válidas, totalizando 1051 inquéritos válidos**. Houve 72 inquiridos/as que participaram em ambos os estudos.

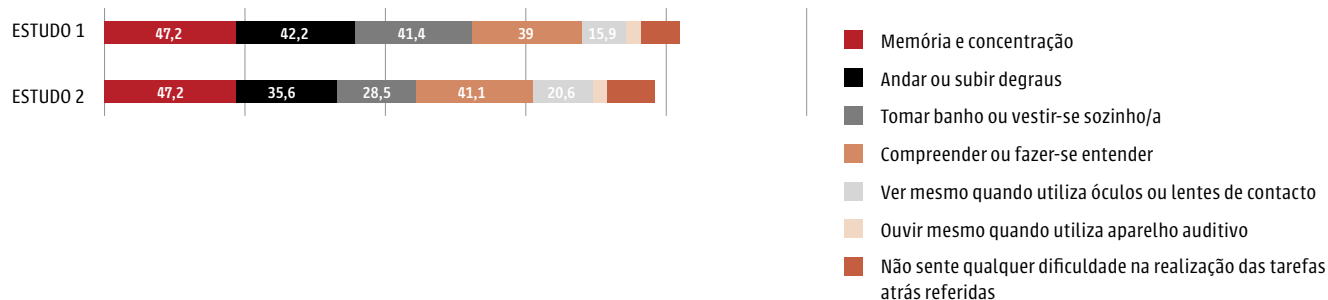
Este questionário foi divulgado nas redes sociais, contando ainda com o apoio das organizações na área da deficiência que integram o Conselho Consultivo do ODDH. **A amostra integra pessoas com computador e acesso à Internet, não sendo representativa da população portuguesa com deficiência, pelo que o estudo deve ser considerado exploratório, não devendo os seus resultados ser extrapolados para a generalidade da população com deficiência.**

Caracterização dos participantes (Estudo 1 e Estudo 2)

- No Estudo 1, 53,8% dos/as inquiridos/as eram pessoas com deficiência, e 46,2% eram familiares ou cuidadores/as de pessoas com deficiência. No Estudo 2, 73% dos/as inquiridos/as eram pessoas com deficiência e 27% eram familiares ou cuidadores/as de pessoas com deficiência.
- Em termos de distribuição por sexo, no Estudo 1, 50,8% eram homens, e 49,1% mulheres. No Estudo 1, a participação das mulheres foi ligeiramente superior à dos homens, com percentagens de 52,3% e 47,3%, respetivamente. Destaca-se a participação das cuidadoras ou familiares de sexo feminino que representaram 83% contra 17% dos cuidadores ou familiares do sexo masculino, no Estudo 2.

■ Dificuldades na realização de atividades diárias:

Figura 15 Caracterização da amostra por tipo de dificuldade (%)



Fonte: Estudo 1 (Base: 725 respostas; %) e 2 (Base: 326 respostas; %); Nota: cada inquirido/a podia assinalar mais do que uma opção.

- Relativamente à idade das/os participantes, a média no Estudo 1 foi de 35 anos, e de 34 no Estudo 2. No Estudo 1, 45,2% tinham até 34 anos, e 49,8% mais de 35 anos. No Estudo 2, 55,1% tinham até 34 anos, e 44,9% tinham mais de 35 anos.
- Relativamente à escolaridade, importa assinalar que no Estudo 1 houve menos participantes com o ensino básico do que no Estudo 2 (22,5 vs. 40,1). Em contrapartida, o Estudo 1 teve mais participantes que não sabiam ler nem escrever do que o Estudo 2 (29,9% vs. 18,5%). A percentagem de participantes com ensino secundário foi semelhante (26,8% vs. 22,5%) assim como com ensino superior (20,3% vs. 18,8%).
- Relativamente à situação ocupacional ou profissional atual dos inquiridos/as, no Estudo 1, 20,7% eram estudantes, e no Estudo 2 19,6%. No Estudo 1, 28,1% responderam ser reformadas ou pensionistas, enquanto que no Estudo 2, apenas 12% se encontram nesta situação. No Estudo 1, 18,3% estava a trabalhar, enquanto que no Estudo 2 eram 11%.
- A situação residencial dos/as inquiridos/as nos dois estudos é bastante semelhante. No Estudo 1, 78,6% respondeu viver em casa com familiares, e no Estudo 2, 74,9%. No Estudo 2 houve diminuição de participantes que vivem em lares residenciais (9,1% vs. 5,6%), e um aumento de participantes que vivem sozinhos/as (8% vs. 13,3%). A percentagem das pessoas que vivem em residência autónoma foi similar nos dois estudos (2,8%, 3,4%).
- Em relação à zona de residência, 71,3% no primeiro estudo e 75,9% no segundo, assinalaram residir em zona urbana, e 28,4% e 24,1%, respetivamente, em zona rural.
- No primeiro estudo foram recebidas respostas de todas as regiões do país, incluindo as Regiões Autónomas de Açores e de Madeira. No entanto, no segundo inquérito não foram recebidas respostas da Região Autónoma da Madeira, nem dos distritos de Beja, Guarda ou Bragança.



DEFICIÊNCIA E COVID-19 EM PORTUGAL

RESULTADOS DE UM ESTUDO REALIZADO COM
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E CUIDADORAS/ES

ISCSP
INSTITUTO SUPERIOR DE
CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



Observatório da Deficiência
e Direitos Humanos
Disability and Human Rights Observatory